



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado arrendador

O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume de novos negócios no ano de 2024 R\$ 9.646 milhões de reais (R\$ 7.055 milhões em 2023). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em dezembro de 2024 apresentou um saldo de R\$ 18.586 bilhões (R\$ 15.722 bilhões em dezembro de 2023), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing.

A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") alcançou o montante, em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 1.481.969 mil (R\$ 1.568.494 mil em dezembro de 2023), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos,

normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

Fontes de Recursos

A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.

A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando na recuperação e crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social da companhia apresenta o montante de R\$ 660.492 mil, composto de 866.100.051 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.

Em dezembro de 2023 a companhia apresentava Capital Social o montante de R\$ 617.652 mil, composto de 825.684.957 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Em 18 de dezembro de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas

deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 31 de outubro de 2024 no valor bruto total de R\$ 65.500 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 55.675 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 9.825 mil, já aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de fevereiro de 2025, passando o capital social dos R\$ 660.492 para R\$ 716.167 mil dividido em 914.737.770 (noventa e cinco milhões, novecentas e trinta e sete mil, setecentas e setenta) ações ordinárias nominativas e 1.001 (um mil e uma) ações preferenciais classe A nominativas sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.054.092 mil (31 de dezembro de 2023 – R\$ 934.901 mil).

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento com nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Barueri, 27 de março de 2025
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		786.181	798.749	Circulante		153.085	289.279
Disponibilidades	4	33.302	48.036	Obrigações por empréstimos	10	109.030	245.248
Operações de arrendamento mercantil		708.874	707.679	Empréstimos no exterior		109.030	245.248
Arrendamento mercantil financeiro		708.529	707.646				
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	726.312	731.415				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(17.783)	(23.769)				
Arrendamento mercantil operacional		345	33				
Arrendamentos a receber – setor privado	6	7.212	6.225	Outras obrigações		44.055	44.031
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(6.848)	(6.099)	Fiscais correntes	9a	24.901	13.705
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(19)	(93)	Sociais e estatutárias	12d	7.452	5.726
Outros créditos	7	43.503	42.562	Diversas	9d	11.702	24.600
Ativo fiscal corrente		41.884	39.374				
Diversos		1.619	3.188				
Outros valores e bens		502	472				
Bens não de uso próprio		502	472				
Realizável a longo prazo		762.689	835.123	Exigível a longo prazo		350.448	415.514
Operações de arrendamento mercantil		727.970	804.033	Obrigações por empréstimos	10	246.471	326.690
Arrendamento mercantil financeiro		728.256	804.122	Empréstimos no exterior		246.471	326.690
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	746.534	831.131				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(18.278)	(27.009)				
Arrendamento mercantil operacional		(286)	(89)				
Arrendamentos a receber – setor privado	6	8.367	3.473	Outras obrigações		103.977	88.824
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(8.367)	(3.473)	Fiscais diferidas	9a	102.914	87.130
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(286)	(89)	Diversas	9d	1.063	1.694
Outros créditos		34.719	31.090	Patrimônio líquido	12a	1.054.092	934.901
Ativo fiscal diferido	8a	34.692	31.066	Capital social – de domiciliados no exterior		660.492	617.652
Diversos	7	27	24	Capital a integralizar		55.675	42.840
Permanente	6	8.755	5.822	Reservas de lucros		337.925	274.409
Imobilizado de arrendamento operacional		8.755	5.822				
Bens arrendados		24.368	29.295				
Provisão para perdas de bens arrendados	6f	(5.803)	(7.354)				
Depreciações acumuladas		(9.810)	(16.119)				
Total do ativo		1.557.625	1.639.694	Total do passivo e patrimônio líquido		1.557.625	1.639.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e 2º semestre de 2024 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
				Legal	Outras		
		557.455	60.197	31.457	191.990	–	841.099
Aumento de capital		60.197	(60.197)	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	100.458	100.458
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	5.021	–	(5.021)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(5.726)	(5.726)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores		–	–	–	–	6.630	6.630
Juros sobre capital próprio		–	–	42.840	–	(50.400)	(7.560)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	45.941	(45.941)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		617.652	42.840	36.478	237.931	–	934.901
Aumento de capital		42.840	(42.840)	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	130.742	130.742
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	6.538	–	(6.538)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(7.452)	(7.452)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores		–	–	–	–	5.726	5.726
Juros sobre capital próprio		–	–	55.675	–	(65.500)	(9.825)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	56.978	(56.978)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		660.492	55.675	43.016	294.906	–	1.054.092
Saldos em 30 de junho de 2024		660.492	–	38.963	288.042	–	987.497
Aumento de capital		–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	81.039	81.039
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	4.053	–	(4.053)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(4.619)	(4.619)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores		–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio		–	–	55.675	–	(65.500)	(9.825)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	6.867	(6.867)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		660.492	55.675	43.016	294.909	–	1.054.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

1. Contexto Operacional

A HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), empresa do Grupo Hewlett Packard Enterprise ("Grupo HPE" ou "Grupo"), tem sede a Alameda Rio Negro, 750 – 1º andar – Barueri-SP – CEP 06454-000 e o seu acionista majoritário é a HPFS Funding B.V. O objetivo principal da Instituição é a prática de operações de arrendamento mercantil que são contratadas diretamente com os clientes corporativos da Hewlett Packard Enterprise Brasil S.A., por meio do fornecimento de máquinas e equipamentos de informática e soluções tecnológicas e com clientes usuários de microcomputadores e periféricos por meio do canal de distribuição dos produtos HPE.

Os contratos de arrendamento mercantil são efetuados a taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) são efetuadas com recursos próprios e com recursos de empréstimos contraídos diretamente do exterior, e as operações vinculadas à variação cambial, exclusivamente com recursos de empréstimos contraídos diretamente no exterior.

Caso o passivo circulante seja maior do que o ativo circulante, por procedimento e controle global de Tesouraria, com periodicidade trimestral, são revisados os recebíveis de arrendamento vs vencimentos dos empréstimos intercompany, e em, identificado algum descaimento entre esses, a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. capta recursos para aplicar em suas operações, diretamente da matriz no exterior, onde as operações de empréstimos poderão ter seus vencimentos ajustados com base na contratação de novas operações ou extensão dos prazos dos contratos existentes ajustando dessa forma o fluxo de caixa.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo HPE. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas do Conselho Monetário do Brasil (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Durante o exercício de 2020, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos das operações de arrendamento mercantil financeiro foram apresentados pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; incluindo a Demonstração do Resultado Abrangente.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN.

a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;

c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;

d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;

e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;

g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;

h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;

i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2021;

j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;

k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;

l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;

m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020;

n) CPC 46 – Mensuração ao valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

o) CPC 47 – Reconhecimento de Receita de Contrato com Clientes – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) **Rendas de arrendamento mercantil e apuração dos resultados:**

As rendas de arrendamento são registradas quando dos vencimentos das parcelas contratuais, conforme determinado pela Portaria MF-140/84, não observando o regime de competência.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) **Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.818/2020 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) **Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:**

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

d) **Imobilizado de arrendamento**

Substancialmente representado por equipamentos de informática sendo registrado pelo custo de aquisição.

e) **Depreciação**

A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.

A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e 2º semestre de 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Receitas da intermediação financeira	Notas	2º Semestre de 2024		Exercícios	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	13a	602.351	1.204.993	1.199.888	1.199.888
Operações de arrendamento mercantil		602.351	1.204.993	1.199.888	1.199.888
Despesas da intermediação financeira	13b	(492.890)	(1.006.370)	(1.012.736)	(1.012.736)
Operações de empréstimos e repasses		(21.923)	(46.898)		



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

i) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados em operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

j) Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados em conformidade com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN 3.823/09 e Instrução Normativa BCB 319/22, conforme critérios descritos abaixo:

• Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

• As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente;

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável.

m) Operação de empréstimo e repasse

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

n) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

o) Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 4.818/2021, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

p) Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A empresa não apresentou resultados não recorrentes no exercício de 2024

4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Depósito à vista/conta corrente	33.302	48.036
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>33.302</u>	<u>48.036</u>

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumarizados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429/1989 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultando e consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do semestre em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 81.228 mil (R\$ 67.234 mil em dezembro de 2023).

Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, e as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento operacional são registrados no imobilizado e depreciação acumulada; o valor vencido e não pago resulta do valor líquido registrado em arrendamentos a receber menos rendas a apropriar. Apresenta ainda a provisão de perdas para bens arrendados (impairment).

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais.

Para ambas classificações, financeiro e operacional, o quadro abaixo demonstra as correspondentes rubricas de registros.

	31/12/2024		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	15.579	1.707.840	1.723.419
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(15.215)	(1.702.589)	(1.717.804)
Imobilizado de arrendamento	24.368	3.060.187	3.084.555
Depreciações acumuladas	(9.810)	(1.963.451)	(1.973.261)
Superveniência de depreciação	-	411.657	411.657
Provisão para perdas de bens arrendados	(5.803)	-	(5.803)
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	12.143	12.143
Valores residuais a realizar	-	111.696	111.696
Valores residuais a balancear	-	(111.696)	(111.696)
Cretores por antecipação do valor residual	-	(52.941)	(52.941)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	<u>9.119</u>	<u>1.472.846</u>	<u>1.481.965</u>
	31/12/2023		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	9.698	1.790.252	1.799.950
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(9.572)	(1.777.202)	(1.786.774)
Imobilizado de arrendamento	29.295	3.076.037	3.105.332
Depreciações acumuladas	(16.119)	(1.838.699)	(1.854.818)
Superveniência de depreciação	-	348.518	348.518
Provisão para perdas de bens arrendados	(7.354)	-	(7.354)
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	9.668	9.668
Valores residuais a realizar	-	121.738	121.738
Valores residuais a balancear	-	(121.738)	(121.738)
Cretores por antecipação do valor residual	-	(46.028)	(46.028)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	<u>5.948</u>	<u>1.562.546</u>	<u>1.568.494</u>

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos		
A partir de 15 dias	6.294	9.344
A vencer		
Até 3 meses	220.472	224.255
De 3 a 12 meses	499.546	497.816
De 1 a 3 anos	628.475	715.603
De 3 a 5 anos	117.909	115.180
Acima de 5 anos	150	348
	<u>1.466.552</u>	<u>1.553.202</u>
Total	<u>1.472.846</u>	<u>1.562.546</u>

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	% – Sobre Total	R\$	% – Sobre Total
Sector Público Federal				
Indústria	798	0,1	5.244	0,3
Sector Privado				
Rural	3.488	0,2	404	0,0
Indústria	273.942	18,6	346.026	22,1
Comércio	490.563	33,3	340.879	21,8
Instituição financeira	16.546	1,1	20.827	1,3
Serviços	680.598	46,2	841.301	53,8
Habitação	6.911	0,5	7.865	0,5
Total	<u>1.472.846</u>	<u>100,0</u>	<u>1.562.546</u>	<u>100,0</u>

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam compostos conforme segue abaixo:

Nível de Risco	Curso Normal	Total da Carteira	% Provisão	Total da Carteira	Percentual de Provisão
AA	60.316	60.316	-	99.790	-
A	697.223	147.697.770	1	3.489	519.797
B	412.357	314.412.671	1	4.127	570.542
C	228.889	684.229.573	3	6.887	239.982
D	29.366	1.164.30.530	10	3.053	82.813
E	31.571	660.32.231	30	9.669	30.211
F	1.435	154.1.589	50	794	2.664
G	328	87.415	70	291	498
H	4.667	3.084.7.751	100	7.751	16.249
Total	<u>1.466.552</u>	<u>6.294.1.472.846</u>		<u>36.061</u>	<u>1.562.546</u>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial (leasing financeiro)	50.778	45.987
Complemento (Reversão) de provisão	21.073	12.289
Baixas contra a provisão	(35.790)	(7.498)
Saldo final (leasing financeiro)	<u>36.061</u>	<u>50.778</u>
Saldo inicial (leasing operacional)	182	421
Complemento (Reversão) de provisão	123	(137)
Baixa contra a provisão	-	(102)
Saldo final (leasing operacional)	<u>305</u>	<u>182</u>
Saldo final	<u>36.366</u>	<u>50.960</u>

O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 36.366 mil 31 de dezembro de 2024 (R\$ 50.960 mil em 31 de dezembro de 2023), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430 parcialmente alterada pela Lei nº 13.097/2015.

e) Concentração por clientes – Arrendamento Financeiro

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	% – Sobre Total	R\$	% – Sobre Total
Principal Devedor	434.416	29,5	264.571	16,9
20 devedores seguintes	520.784	35,4	656.238	42,0
30 devedores seguintes	180.755	12,3	224.350	14,4
50 devedores seguintes	115.037	7,8	139.354	8,9
Demais devedores	221.854	15,1	278.033	17,8
Total	<u>1.472.846</u>	<u>100,0</u>	<u>1.562.546</u>	<u>100,0</u>

f) Movimentação da provisão para perdas de bens arrendados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	7.354	10.267
Constituições	1.733	480
(Reversões)	(3.284)	(3.393)
Saldo final	<u>5.803</u>	<u>7.354</u>

7. Outros Créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a compensar	41.884	39.374
Devedores diversos – país (*)	1.619	3.188
Outros	27	24
Total	<u>43.530</u>	<u>42.586</u>
Parcela de curto prazo	43.503	42.562
Parcela de longo prazo	27	24

(*) O saldo de Devedores diversos – país é composto por 2 dois principais itens: Parcelas de contratos de arrendamento mercantil recebidos no último dia do mês que são creditados na conta da Cia no primeiro dia útil subsequente...

Valores a receber de clientes por opção de compra, liquidação antecipada e cobrança por devolução de equipamentos danificados.

8. Ativo fiscal diferido

Créditos Tributários – No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em dezembro de 2023, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

a) Créditos tributários mutação

	Saldo em 31/12/2023	Consti-tuição	Reversão/Realização	Saldo em 31/12/2024
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.839	-	(388)	1.451
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.559	4.135	-	19.694
Imposto de renda sobre BNDU	50	7	-	57
Passivo Contingente	15	1	-	16
Base negativa de imposto de renda (*)	3.125	-	(2.383)	742
Subtotal	<u>20.588</u>	<u>4.143</u>	<u>(2.771)</u>	<u>21.960</u>
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.103	-	(232)	871
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	9.335	2.482	-	11.817
Contribuição social sobre BNDU	31	3	-	34
Passivo Contingente	9	1	-	10
Subtotal	<u>10.478</u>	<u>2.486</u>	<u>(232)</u>	<u>12.732</u>
Total	<u>31.066</u>	<u>6.629</u>	<u>(3.003)</u>	<u>34.692</u>

(*) Em conformidade com a Resolução CMN 4.842 de 30/07/2020 o valor proveniente da Base Negativa não deve compor a projeção de expectativa de realização.

b) Crédito tributário – expectativa de realização

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	716	561	163	11	-	1.451
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	5.199	3.881	2.540	1.924	6.150	19.694
BNDU	57	-	-	-	-	57
Outros passivos contingentes	16	-	-	-	-	16
Contribuição social sobre BNDU	5.988	4.442	2.703	1.935	6.150	21.218
Passivo Contingente	17	-	-	(8)	-	9
Subtotal	<u>17.525</u>	<u>23</u>	<u>(7.070)</u>	<u>10.478</u>		<u>10.478</u>
Total	<u>44.909</u>	<u>3.186</u>	<u>(17.029)</u>	<u>31.066</u>		<u>31.066</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2024, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

b) Crédito tributário – expectativa de realização

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	716	561	163	11	-	1.451
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	5.199	3.881	2.540	1.924	6.150	19.694
BNDU	57	-	-	-	-	57
Outros passivos contingentes	16	-	-	-	-	16
Contribuição social sobre BNDU						



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Instituição constituiu reserva legal de R\$ 6.538 mil (R\$ 5.021 mil em 31 de dezembro de 2023).

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Instituição, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetuada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração. Em 31 de dezembro de 2024 a Instituição constituiu reserva de lucros de R\$ 56.978 mil (R\$ 45.941 mil em 31 de dezembro de 2023).

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 6% do lucro líquido anual ajustado (os dividendos são calculados e destinados semestralmente por conta das demonstrações financeiras semestrais) de acordo com o estatuto social.

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	81.039	130.742	100.458			
Constituição de reserva legal (5%)	4.053	6.538	5.021			
Base para cálculo dos dividendos	76.986	124.204	95.436			
Constituição de dividendos (6%)	4.619	7.452	5.726			

13. Receitas e (Despesas) de intermediação financeira

13a. Receitas

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Rendas de Arrendamento Mercantil	445.637	892.756	908.717			
Superveniência de depreciação	132.382	277.767	252.366			
Lucro na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	23.156	31.458	29.286			
Outras	1.176	3.012	9.519			
	602.351	1.204.993	1.199.888			

13b. Despesas

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Depreciação de bens arrendados	(348.472)	(716.265)	(736.448)			
Insuficiência de depreciação	(113.397)	(196.539)	(185.132)			
Empréstimos e repasses – Exterior (partes relacionadas)	(21.797)	(46.632)	(62.675)			
Empréstimos e repasses – País	(125)	(266)	(214)			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.678	(21.196)	(12.152)			
Provisão (Reversão) para Perdas na Venda de Valor Residual	2.340	1.551	2.913			
Amortização de perdas de arrendamento	(11.038)	(21.908)	(16.705)			
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(539)	(569)	(38)			
Outras	(1.540)	(4.546)	(2.285)			
	(492.890)	(1.006.370)	(1.012.736)			

14. Despesas de provisões

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Ratão de despesas administrativas (Nota 18)	(11.003)	(21.841)	(21.770)			
Processamento de dados	(1.432)	(2.753)	(2.623)			
Honorários advocatícios	(562)	(1.654)	(1.948)			
Suporte Comercial	(1.199)	(2.576)	(2.092)			
Serviços prestados por terceiros	(739)	(1.207)	(866)			
Retorno de equipamentos e limpeza de dados	(832)	(1.396)	(1.210)			
Contribuição patronal e associação de classe	(119)	(240)	(234)			
Serviços prestados por terceiros – Contratos temporário	(343)	(756)	(842)			
Outras	(108)	(243)	(263)			
	(16.337)	(32.666)	(31.848)			

15. Despesas tributárias

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Tributos estaduais e municipais	(77)	(78)	(61)			
Imposto sobre serviços	(8.988)	(15.161)	(18.279)			
PIS/Cofins	(5.316)	(11.356)	(9.698)			
	(14.381)	(26.595)	(28.038)			

16. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
16a. Outras receitas operacionais						
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	986	2.099	2.410			
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.642	18.204	2.179			
Juros Selic sobre antecipação de IRPJ e CSLL	2.989	2.989	1.678			
Outras	26	26	274			
	6.643	23.318	6.541			
16b. Outras despesas operacionais						
Descontos concedidos	(613)	(886)	(808)			
Diversos	(2)	(16)	(300)			
	(615)	(902)	(1.108)			

17. Resultado não operacional

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	1.934	3.577	5.462			
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	(42)	(26)	88			
Outras (despesas) rendas não operacionais	54	58	51			
	1.946	3.609	5.601			

18. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	31/12/2024		31/12/2023	
18a. Passivo				
Sociais e estatutárias – Dividendos		7.452	5.726	
Obrigações por empréstimos				
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	355.501		571.938	
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	2.182		2.297	
18b. Resultado				
Despesas com operações de empréstimos (*)		(46.632)	(62.461)	
Compaq Trademark B.V.				
Despesas administrativas				
Ratão de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)		(21.841)	(21.770)	

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

	31/12/2024		31/12/2023	
18a. Passivo				
Sociais e estatutárias – Dividendos		7.452	5.726	
Obrigações por empréstimos				
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	355.501		571.938	
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	2.182		2.297	

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
18b. Resultado						
Despesas com operações de empréstimos (*)						
Compaq Trademark B.V.	(21.797)	(46.632)	(62.461)			
Despesas administrativas						
Ratão de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)	(11.003)	(21.841)	(21.770)			

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados, primariamente, na entidade HP Financial Services Brasil Ltda. Anualmente a empresa divulga o valor total das remunerações contemplando o repasse de 80% pela HP Financial Services Arrendamento Mercantil SA – HPFSAM à HP Financial Services Brasil Ltda. – HPFSBL, uma vez a HPFSAM apresenta maior demanda no negócio e requerimentos e reportes ao Banco Central do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os administradores receberam R\$ 2.905 mil (2023 – R\$ 2.500) considerando salários, resultado de participação nos resultados e benefícios de curto prazo.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre de 2024		31/12/2024		31/12/2023	
a) Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social						
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional		(620)	(1.268)			
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		6.617	(15.740)			
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU	8a	10	61			
Realização (Constituição) do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	9b	(15.784)	(15.790)			
Base negativa de imposto de renda	8a	(2.383)	3.125			
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido contingência passiva		1	(20)			
Reversão de imposto de renda provisionado a maior em anos anteriores						
Total ativo fiscal diferido		(12.159)	(29.632)			
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 19.b)		(5.536)	(8.210)			
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 19.b)		(16.950)	(8.210)			
		(34.645)	(37.842)			

	31/12/2024		31/12/2023	
b) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	165.387	165.387	138.300	138.300
Adições (exclusões)				
Permanentes	(64.518)	(64.518)	(49.490)	(49.490)
Juros sobre capital próprio	(65.500)	(65.500)	(50.400)	(50.400)
Despesas/provisões dedutíveis e outras	982	982	910	910
Temporárias	(69.096)	12.132	(101.309)	(34.075)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento mercantil	21.196	21.196	12.152	12.152
Provisão para perdas – Arrendamento operacional	(1.551)	(1.551)	(2.913)	(2.913)
Superveniência/insuficiência de depreciação	(81.228)		(67.234)	
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	27	27	153	153

Provisão Passivo Contingente
Reversão de provisões não operacionais
Outras adições/exclusões
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal
Compensação Prejuízo Fiscal
Base de cálculo após compensações
Encargos às alíquotas de 25% imposto de renda e 15% contribuição social (Nota 3 item)

20. Cobertura de seguros (não auditado)
O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

21. Resultados não recorrentes
A empresa HP Financial Services Arrendamento Mercantil SA, não apresentou resultados não recorrentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

22. Limites operacionais (Acordo Basileia)
De acordo com a Resolução nº 4.677/2018 o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do Patrimônio de Referência (PR). No semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Instituição está enquadrada nos demais limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O BACEN, através da Resolução nº 4.958/2021 define a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2024 é de 69,87% (58,60% em 31 de dezembro de 2023):

	31/12/2024		31/12/2023	
Risco de crédito (RWA _{CRD})	91.144	103.429		
Risco operacional (RWA _{OPD})	29.371	24.048		
Risco de mercado (RWA _{MRC})	86	162		
Patrimônio de Referência Exigido	120.601	127.639		
Parcela do Rban	1.578	4.438		
Adicional de capital principal (ACP)	37.688	39.887		
Patrimônio de Referência (PR)	1.053.349	934.900		
Excesso de patrimônio em relação ao limite	893.482	762.936		

23. Gerenciamento de riscos
De acordo com a Resolução 4.553/2017 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado
A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez
A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pela empresa com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a Instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

c) Risco de crédito
A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

d) Risco operacional
O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratadas com taxas prefixadas e em CDI.

e) Análise de sensibilidade
Risco de mercado
Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, a Instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação de metodologias de cálculo definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um dos cenários elencados abaixo:

■ Cenário 1: choque de +100bps e +100bps nas curvas de juros e 5% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco
■ Cenário 2: Choque de +200bps e +200 bps nas curvas de juros e 10% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
■ Cenário 3: Choque de +300bps e +300 bps nas curvas de juros e 30% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Impacto líquido em termos de resultado

Fatores de Risco	Exposições sujeitas a	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de juros	Variação de Taxas de juros em reais.	(8.813)	(17.407)	(25.790)
Moeda estrangeira	Variação cambial	19	39	117

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda (ganho) apurada para cada um dos cenários.

Risco de crédito
Com base em 31 de dezembro de 2024 o risco de crédito da Instituição era composto por 1.396 clientes com exposição total de R\$ 1.486.130.

Para efeito do risco de crédito foram consideradas as operações de arrendamento mercantil financeiro e operações de arrendamento mercantil operacional. O Estudo foi elaborado considerando acréscimos na inadimplência da carteira de arrendamento mercantil.

Cenário base: Nos últimos anos, com intensificação pela Pandemia Covid19, diversas nações têm adotado a emissão de moeda como estratégia para sustentar suas estruturas administrativas. Paralelamente, muitos governos recorrem ao aumento da carga tributária na tentativa de equilibrar as finanças públicas. Contudo, essa combinação frequentemente resulta em pressões inflacionárias, demandando a elevação das taxas de juros como medida de contenção.

O cenário de juros elevados impõe restrições ao acesso ao crédito para diversos setores da economia, impactando negativamente o ritmo de recuperação econômica. Adicionalmente, a manutenção de políticas monetárias restritivas por parte dos Bancos Centrais globais, somada aos impactos geopolíticos dos conflitos (Ucrânia vs. Rússia e Israel vs. Grupos Palestinos), exerce influência significativa sobre a economia mundial, afetando desde a produção e o comércio agrícola até os mercados financeiros, com severas implicações ambientais.

Os reflexos desse contexto global se manifestam também na economia brasileira. Apesar das perspectivas de desaceleração econômica global e do incremento de tarifas impostas pelos Estados Unidos, o governo brasileiro tem se mantido ativo na implementação da reforma fiscal e de medidas expansionistas, visando uma trajetória de recuperação. Embora se observem avanços na agenda de reformas, que podem contribuir para o fortalecimento do país, a persistência de déficits fiscais gera incerteza no mercado financeiro.

Sob esse cenário, a HPFSAM mantém volumes de negócios consistentes, com uma projeção de crescimento mínimo de 5% em relação às operações registradas em 2024.

Cenário moderado: Os efeitos residuais das elevadas taxas de juros (que ainda trazem "memória" da Pandemia Covid19), persistem na economia global manifestando-se em índices inflacionários ainda elevados. O contexto geopolítico instável, marcado pelos conflitos (Ucrânia vs. Rússia e Israel vs. Grupos Palestinos), contribui para um ambiente de cautela generalizada nos mercados globais.

A ascensão da Inteligência Artificial (IA), tem gerado apreensão em diversos setores da economia, em virtude do potencial impacto no mercado de trabalho e da consequente necessidade de intervenção governamental por meio de programas de assistência econômica.

O atual governo brasileiro, que despertou expectativas de reformas estruturais, priorizando o ajuste fiscal, obteve em dezembro de 2023 a aprovação da reforma tributária, cuja implementação gradual está prevista para o médio e longo prazos. Embora a reforma prometa benefícios a longo prazo, persistem incertezas quanto às alíquotas futuras dos impostos, que podem impactar os preços de produtos e serviços. Soma-se a esse cenário a preocupação com o aumento dos gastos públicos em relação à arrecadação, bem como os impactos da recente volatilidade cambial, evidenciada pela alta do dólar, e da elevação da taxa básica de juros.



**Hewlett Packard
Enterprise**

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos
Presidente

Brad Stuart Shapiro
Membro

Susy Aparecida dos Santos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADORA

Susy Aparecida dos Santos
CRC 1SP 255.088/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

**Ernst & Young Auditores
Independentes S/S Ltda.**
CRC SP 034.519/O

Rui Borges
Contador
CRC SP 207.135/O

